

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Quinteros, Marcela Cristina
Disputas pela memória e a história na América Latina: os casos guatemalteco,
salvadorenho e chileno

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 20, núm. 2, 2016
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

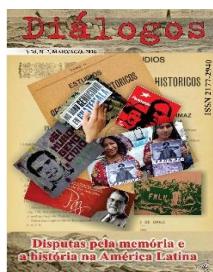
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305549078002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Disputas pela memória e a história na América Latina: os casos guatemalteco, salvadorenho e chileno

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20n2.34581>

Marcela Cristina Quinteros

Professora e Licenciada em História pela Universidade Nacional de Córdoba, Mestre e Doutora em História Social (USP),
mquinteros@usp.br; marcelacristinaquinteros@gmail.com

Resumo

Este texto analisa três artigos que tratam sobre os ‘usos políticos do passado’ em diferentes momentos das histórias nacionais de El Salvador, Guatemala e Chile. O exame desses textos permite refletir sobre os caminhos escolhidos para a escrita das histórias nacionais durante os pós-guerras e como a hegemonia de uma interpretação histórica pode levar ao silêncio ou a deslocamentos de outras interpretações. Também é analisado o papel dos autores nessas disputas pela memória e história.

Abstract

On “silences”, “forgetfulness” and “falsifications” in the history: the political uses of the past in El Salvador, Guatemala and Chile

This text analyzes three articles on the “political uses of the past” in different moments of the national history of El Salvador, Guatemala and Chile, to think over the ways to write the national histories in the post wars. This text debates how a hegemonic interpretation can silent or displaces other historical interpretations. It analyzes the role of the authors in these combats for the memory and the history.

Resumen

Sobre “silencios”, “olvidos” y “falsificaciones” en la historia: los usos políticos del pasado en El Salvador, Guatemala y Chile

En este texto se analizan tres artículos sobre los “usos políticos del pasado” en diferentes momentos de las historias nacionales de El Salvador, Guatemala y Chile. Al estudiar estos textos es posible reflexionar sobre los caminos elegidos para la escrita de las historias nacionales durante los posguerras y cómo la hegemonía de una interpretación puede llevar al silencio o al desplazamiento de otras interpretaciones. También es analizado el rol de los autores en dichas disputas por la memoria y la historia.

Keywords:

Political uses of the past; falsified history; silences in the history

Palabras clave:

Usos políticos del pasado; historia falsificada; silencios en la historia.

Em julho de 2015, realizou-se o 55º Congresso Internacional de Americanistas (ICA) na cidade de San Salvador (El Salvador), fato histórico no marco da história do país centro-americano que há pouco mais de duas décadas assinava um tratado de paz após doze anos de guerra civil (1980-1992). A convocação do 55º ICA converteu San Salvador na capital mundial dos ‘americanistas’, congregando pesquisadores do mundo todo que apresentaram seus trabalhos vinculados ao tema do Congresso, ‘Conflito, paz e construção de identidades’.

Além da oportunidade de dialogar com intelectuais de diversas áreas e procedências, participar neste Congresso permitiu entrar em contato com as novas preocupações dos historiadores e, fundamentalmente, ter uma maior aproximação com a história centro-americana. Para a realização desta mesa redonda, contamos com a colaboração de historiadores de El Salvador e do Chile, como de um sociólogo argentino radicado na Guatemala.

O primeiro artigo pertence ao historiador salvadorenho Carlos Gregorio López Bernal, professor do Departamento de História da Universidade de El Salvador, intitulado *Schafick Jorge Handal e a ‘unidade’ do FMLN de pós guerra: entre a memória e a história (El Salvador, 1992-2015)*. O segundo artigo, *Como se silencia e tergiversa o passado: o caso da Guatemala*, corresponde ao argentino Carlos Aníbal Sabino, coordenador da Pós Graduação em História da Universidade Francisco Marroquín. Por último, o historiador chileno Zenobio Saldivia Maldonado, professor da Universidade Tecnológica Metropolitana de Santiago de Chile, é o autor do artigo *Entre os albores da hidrografia chilena e o esquecimento: o caso de Francisco Vidal Gormaz*.

Os três autores coincidem na análise de um período histórico das respectivas histórias nacionais para indagar as causas e os mecanismos que levaram ao maior ou menor sucesso de uma interpretação do passado sobre muitas outras possíveis que acabaram sendo

deslocadas e/ou silenciadas. López Bernal nos acerca uma análise da história recente de El Salvador, do pós guerra até a atualidade. Sabino dedica-se ao pós guerra civil guatemalteco a partir de uma metodologia sociológica, enquanto que Saldivia Maldonado tenta resgatar a figura de um militar hidrógrafo do século XIX, fundamental no reconhecimento do território patagônico chileno, porém, ‘esquecido’ pela história oficial de seu país.

O historiador salvadorenho dedica-se à história de seu país, tendo publicado vários artigos e livros a respeito, tais como *Mármoles, Clarines y Bronces. Fiestas Cívico-Religiosas em El Salvador, Siglos XIX y XX e Poder, Actores Sociales y Conflictividad, El Salvador, 1786-1972* (comp.), ambos de 2011. Doutorado em História da América Central, na última década tem se abocado ao estudo do pós guerra em El Salvador.

Em seu artigo, López Bernal analisa o papel desempenhado por Schafick Jorge Handal, dirigente do Partido Comunista Salvadorenho que, ao se somar à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em 1980, converteu-se em um de seus comandantes. Ao finalizar a guerra civil em 1992, Handal passou a ser uma das principais figuras da FMLN convertido em partido político. Segundo López Bernal, a consolidação de sua figura impôs um modo de fazer política no interior da FMLN e, com seu falecimento em 2006, seus sucessores souberam combinar as práticas políticas de Handal com as demandas de seus tradicionais adversários dentro da FMLN. A estratégia dos novos dirigentes teria permitido à FMLN ganhar as eleições presidenciais de 2009 pela primeira vez na história de El Salvador.

Com o acordo de paz assinado em 1992, a FMLN e seus integrantes passaram a atuar na legalidade, tendo que adaptar suas práticas políticas às regras do jogo democrático representativo. O processo foi conflitivo e teve seus custos político-ideológicos. Nesse percurso,

o passado recente da guerra civil e a consolidação de Handal como principal referente do partido surgiram recorrentemente na tentativa de construir uma memória nacional ligada à história da FMLN.

Além da bibliografia específica sobre o tema, o autor analisa, entre outras fontes, várias entrevistas a membros da FMLN realizadas pelo jornal digital salvadorenho *E/Faro*. A partir delas apresenta o processo de conformação da FMLN como partido, suas divisões, divergências ideológicas, táticas para a captação de filiados e estratégias eleitorais, entre outros aspectos.

No processo de ‘conversão à vida civil’ da FMLN e de seus militantes, López Bernal identifica como obstáculos a necessidade de reinserção socioeconômica de seus membros, a falta de um debate democrático interno e o escasso tempo para a organização da FMLN para a apresentação de seus candidatos nas iminentes eleições. Em tal processo, a figura de Handal foi-se impondo como representante de uma linha mais ortodoxa, ao mesmo tempo em que predominava sua proposta de mudar os métodos de luta – a luta armada devia ser substituída pela participação no jogo eleitoral, mas não necessariamente isso implicava a ‘democratização eleitoral’ interna – para consumar o objetivo final que continuava sendo a ‘revolução’. Assim, os dissidentes que denunciavam o ‘verticalismo’ dos ortodoxos foram estigmatizados sob diversos epítetos e, com isso, afastaram-se da construção da FMLN como partido político.

O resultado foi o crescimento da FMLN nas eleições legislativas e municipais, não assim nas presidenciais. Nem todos os dissidentes abandonaram o partido e as críticas de alguns militantes históricos da FMLN – como os ‘veteranos de guerra’, de ‘provada militância e fidelidade ideológica’ – questionaram a prioridade dada à unidade e à disciplina por sobre o debate interno. Porém, o fato de a FMLN ter conseguido sobreviver como partido

no pós guerra teria permitido que os ortodoxos conservassem sua condução.

Quando da morte de Handal em 2006, um novo capítulo se inaugurava na história da FMLN como partido. Se até então, as práticas políticas dos ortodoxos tinham prevalecido, agora o futuro do jovem partido parecia depender, em grande medida, de quem e de como seria feita a apropriação da figura de Handal. De fato, a principal preocupação naquela conjuntura era manter a unidade do partido e, por tanto, sua sobrevivência como partido de esquerda.

A solução negociada entre ortodoxos e reformistas teria permitido uma mudança na escolha do candidato presidencial – um militante não histórico da FMLN –, mas mantendo o ‘verticalismo’ instaurado por Handal para sua designação. A fórmula teve o sucesso de levar à FMLN até a presidência de El Salvador em 2009 e em 2014. Mas o pano de fundo que legitimou o binômio mudança/permanência foi a ‘sombra’ de Handal. O dirigente desaparecido passou a representar a unidade da FMLN e assim era reivindicado nas sucessivas campanhas para o legislativo e/ou o executivo, em algumas ocasiões mais distante – em outras menos – de suas posições político-ideológicas, segundo as necessidades de cada momento eleitoral, e segundo o espaço e o público presentes em cada momento. De qualquer forma, Handal era uma presença obrigada – como uma ‘sombra’ – em cada ato, em cada campanha, em cada comemoração, convertendo-o em parte da liturgia da FMLN. Era e continua sendo o passado revisitado para justificar candidatos, manter a unidade do partido ou defender posições ideológicas mais ortodoxas.

O sociólogo argentino Carlos Sabino há alguns anos que vem se dedicando à história guatemalteca do século XX, sobre a qual publicou duas obras, *Guatemala, la historia silenciada* (2007) e *Tiempos de Jorge Ubico* (2013), pela editora *Fondo de Cultura Económica*. Em parte, o artigo apresentado aqui refere-se ao extenso

trabalho de 2007 (dois tomos, reimpressos várias vezes) e sugestivamente titulado ‘a história silenciada’. Ao se tratar de uma história recente, cujos atores sociais ainda estavam vivos no momento da pesquisa, Sabino deu prioridade às entrevistas com ditos sujeitos, constituindo-se num vasto e apreciável material para os pesquisadores interessados no tema.

O artigo analisa os caminhos percorridos na Guatemala, durante e após uma guerra civil bem mais prolongada que a salvadorenha, para instaurar uma ‘narração histórica’ do conflito que teria se imposto a nível nacional e internacional. Ao contrário do que afirma a canção ‘Se a história é escrita pelos que ganham, isso significa que há outra história’, Sabino tenta demonstrar que na Guatemala teria acontecido o fato curioso de a história ser produzida, escrita e divulgada pelos derrotados¹. Segundo Sabino, esta interpretação dos acontecimentos vinculados à guerra constitui uma ‘tergiversação’, uma versão representativa apenas de um dos ‘bandos’ que participaram na contenda, justamente, o que foi derrotado militarmente.

A guerra civil na Guatemala foi um dos conflitos mais prolongados do século XX latino-americano. Alguns autores identificam seu início com a queda de Jacobo Arbenz, em 1954; já outros pesquisadores o situam a partir da década de 1960, quando, segundo Sabino, teriam acontecido enfrentamentos armados propriamente ditos entre o exército guatemalteco e as forças rebeldes. O autor questiona a envergadura desses combates e a adesão por parte das populações indígenas às forças rebeldes, assim como assinala o alcance limitado da guerrilha a só algumas regiões do

país, pelo que não seria apropriado se referir a este período da história guatemalteca como ‘guerra’².

Sabino faz um reconto histórico sobre o percurso do conflito durante as décadas de 1960 a 1990, destacando suas fases e centrando-se no período de ‘maior atividade’ da guerrilha, entre 1979 e 1983. Segundo o autor, as forças rebeldes foram derrotadas militar e politicamente porque, entre outros elementos, o governo de Efraín Ríos Montt criou uma força nacional (as PAC) que teria brindado proteção às aldeias e populações campesinas, obrigando à guerrilha a se repregar e tentar uma saída negociada a fins da década de 1980.

Porém, autores como Grandin consideram que o exército e as forças paramilitares cometaram inúmeros massacres contra as populações nativas entre 1981 e 1983. Segundo Grandin, em 1981, os massacres foram planejados pelo governo guatemalteco para destruir a base social da guerrilha e impulsados por um ‘frenesi racista’ contra os indígenas, traduzido em extermínio, perseguições, estupros e desaparições. A destruição teria provocado a interrupção do ano agrícola, fragilizando ainda mais estas populações. Assim, em 1982, “[...] os militares empreenderam o **resgate** da população rural” (GRANDIN, 2004, p. 107, grifo do autor) convertendo o Exército no único provedor de bens e obrigando aos indígenas a uma tensa fidelidade aos militares e à rivalidade ao interior das comunidades. Para Grandin, as PAC não eram senão agentes de repressão política.

Dirimir se as PAC e o governo de Ríos Montt ‘protegeram’ ou ‘massacraram’ as aldeias campesinas é de fundamental importância para

1 O refrão pertence à canção *Quien quiera oír que oiga*, do argentino Litto Nebbia, contemporâneo de Sabino.

2 Luján Muñoz considera a década de 1960 como o início da ‘guerra interna’ na Guatemala, vinculando-a com a Revolução Cubana, em 1959 (LUJÁN MUÑOZ, 1998, p. 329-333). Porém, Grandin considera que a Guerra Fria se fez presente no território guatemalteco do início ao fim, pelo que a queda de Arbenz foi resultado direto da política anticomunista estadunidense no continente, cujas práticas de intervenção direta, concessão de armas e créditos para a luta contra os movimentos sócio-políticos de esquerda, e a aliança com as elites locais se manteve, na Guatemala, até a década de 1990 (GRANDIN, 2004).

Sabino na medida em que permitiria estabelecer as características e as causas do conflito que teria levado ao confrontamento entre o Estado e as organizações subversivas. Para o autor, na mesa das negociações da década de 1990, os ‘verdadeiros’ motivos do confrontamento não teriam sido colocados. A participação de organizações internacionais teria levado a identificar como causas do conflito a pobreza, a desigualdade, a discriminação, características crônicas da sociedade guatemalteca.

Uma vez mais, confrontando a análise de Grandin e a de Sabino, é possível ver que ambos autores coincidem em que as desigualdades socioeconômicas por si só não explicam nem justificam o conflito. Mas o primeiro – em coincidência com autores que Sabino identifica como investigadores com ‘reminiscências marxistas’, muitos ligados à Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) – salienta o peso da política anticomunista norte-americana no marco da Guerra Fria. Daí que o início da guerra seja colocado em 1954 porque a queda da Arbenz ocorreu com a participação da CIA. Por sua parte, Sabino inclina o peso da balança na organização das guerrilhas de esquerda com a ajuda cubana, primeiro, e nicaraguense, depois. Dali que o inicio seja identificado com a década de 1960, após a Revolução Cubana.

Muitos foram os pontos a tratar na mesa de negociações para assinar o acordo de paz. Um deles era o esclarecimento do acontecido ao longo do conflito. Mas, se um conflito é longo e violento, escrever a história dele para ‘esclarecer’ os fatos resulta bem mais extenso e não menos conflitivo porque os grupos que se enfrentaram pelas armas, se confrontaram na escrita da história. E se bem há muito caminho andado neste sentido, as diferentes interpretações historiográficas enfrentadas ainda estão em pugna vinte anos depois de assinar o tratado. O artigo de Sabino é prova disso.

Tanto a Igreja como o Estado guatemaltecos elaboraram seus respetivos informes sobre a guerra entre 1998 e 1999. Para o sociólogo argentino, ambos os textos tem um claro sesgo ideológico para justificar as ações da guerrilha que, na década de 1960, teria optado injustificadamente pelas armas contra a ordem institucional, amparada nos argumentos de desigualdade e marginação social. Nesses informes também se fazia a denúncia da participação do ‘exército como polícia política’.

Para Sabino, esta linha interpretativa dos informes teria sido reproduzida tanto por cientistas sociais quanto pela mídia nacional e internacional. Boa parte dos textos que circularam após o fim da guerra seriam memórias, biografias e/ou panfletos de ex guerrilheiros, que teriam servido como fontes. Como contrapartida, não houve praticamente publicações de textos escritos por militares. Isso levaria à parcialidade na escrita da história e à criação de mitos, oferecendo uma ‘visão distorcida do conflito’. Esta última reduziria seu olhar à violência empregada pelo Estado guatemalteco, abandonando outros aspectos do conflito.

O autor questiona os argumentos oferecidos nos informes de 1998 e 1999 – número de desaparecidos, causas do conflito, o apoio indígena à guerrilha – e os procedimentos utilizados para colher os depoimentos. Lamentavelmente, no artigo, Sabino não disponibiliza maiores detalhes sobre esta questão metodológica e que sim foi amplamente trabalhada em seu livro *La Historia Silenciada*. Se bem o artigo se baseia na pesquisa do livro, nenhuma entrevista é citada.

Ao questionar os argumentos dos informes, Sabino deixa planteada a complexidade do conflito e a necessidade de superar essa interpretação hegemônica dos derrotados. Ele salienta vários aspectos do conflito que não teriam sido considerados por esta versão interpretativa como a complexidade das relações

sociais diante de um exército e umas forças rebeldes cujos soldados pertenciam às mesmas etnias, o que daria por terra afirmações como a de Grandin de que a campanha militar do Estado guatemalteco respondeu a um ‘frenesi racista’. Por sua vez, Grandin considera que muitos indígenas foram coagidos a alistar-se nas forças do Estado.

A partir dos vários questionamentos, Sabino deslegitima o que ele qualifica de ‘história tergiversada’ por ser labor de ‘propagandistas, divulgadores e atores do passado’ recente da Guatemala e não cientistas sociais. Para o autor do artigo, há razões concretas por trás dessa história: a exigência de julgamento e castigo para os ‘presuntos’ responsáveis dos ‘massacres, perseguições e desaparições’, de recursos do Estado para as organizações lideradas por esses mesmos ‘propagandistas’ e um resarcimento econômico para as vítimas, o que obstaculizaria, para Sabino, um outro objetivo do tratado de paz que era a ‘reconciliação’ da sociedade guatemalteca.

O autor conclui seu artigo comparando o caso guatemalteco com outros exemplos latino-americanos, para ‘confirmar’ que a ‘manipulação’ da história pelos derrotados não é exclusividade da Guatemala. Ele menciona os casos argentino e chileno, que bem conhece por ser argentino nativo e por ter morado no Chile durante o governo de Salvador Allende.

Primeiro, Sabino destaca que os conflitos nestes países teriam sido iniciados pelos grupos de esquerda durante os governos legitimamente constituídos. O caos provocado foi de tal consideração que a população civil, ‘quase unanimemente reclamou’ que as forças armadas

³ Só em uma ocasião Sabino utiliza o termo ‘ditadura’ para assinalar seu uso incorreto para designar o governo de Miguel Ydígoras Fuentes (1958-1963). O autor foi extremamente cuidadoso ao evitar o emprego do conceito em todo o artigo.

⁴ Parte desse clima e medo eram as diárias ameaças de bombas às escolas. Sabino já não morava no país, mas lembro-me de voltar cotidianamente pra minha casa antes do horário de saída da escola como consequência dessas ameaças. À época, morava numa vila completamente afastada e distante dos grandes centros urbanos, no sul da província de Córdoba, de tão só 2000 habitantes. Até o dia do golpe, praticamente não tivemos aulas. Depois desse dia, as aulas – como o comércio – voltaram ao normal. O clima da ameaça guerrilheira era mais real que a própria guerrilha.

assumissem o controle da situação. Após o fim das respetivas ‘ditaduras’ militares – conceito não utilizado por Sabino – veio a etapa de ‘reconciliação’ que, na verdade, teria sido um novo teatro de enfrentamento no qual, as vozes que se impuseram foram as dos vencidos – no que diz respeito aos juízos, número de vítimas, resarcimentos econômicos, entre muitos outros aspectos³.

As afirmações de Sabino sobre a Argentina e o Chile são breves e carecem de fundamentação documental e/ou bibliográfica. Colocando-me no papel de sujeito histórico – no mesmo patamar dos sujeitos entrevistados por Sabino em seu livro de 2007 – posso afirmar que, em março de 1976, na Argentina existia um aterrorizante caos econômico e político. Caos econômico porque a inflação não permitia que um assalariado comprasse nada ao dia seguinte de receber seu salário e havia total desabastecimento de produtos essenciais; caos político pela ausência de um executivo firme, liderado pela viúva de Perón, marionete de gurus e forças paramilitares. Somado a isto, a ação da mídia colaborou com esse clima de caos, criando na opinião pública a necessidade de mudança no rumo político⁴. De fato, a população desejava uma mudança, mas o pedido de um golpe militar não foi nem unânime nem legítimo. Nestes casos, as constituições de países republicanos como a Argentina preveem os recursos legais para superar crises políticas como a vivida sob a presidência de ‘Isabelita’ Perón.

Como historiadora é necessário remarcar a existência de uma enorme quantidade de pesquisas e publicações sobre a história argentina das décadas de 1970 e 1980,

envolvendo diversos aspectos e perspectivas, e feitas por pesquisadores argentinos e estrangeiros. Não cabe aqui mencionar os principais autores dessa lista – por sinal, muito longa – mas, citarei o historiador Túlio Halperín Dongui que, em 1994, publicou o livro *La larga agonía de la Argentina peronista*. Nele, entre muitos outros aspectos, o autor analisa e confirma as diferentes roupagens do terror empregado como política de Estado após o golpe de Estado de 1955, que provocou a queda Perón, para combater os distintos tipos de ‘inimigos’ internos (HALPERÍN DONGUI, 1994).

Ao comparar o caso guatemalteco com o argentino e o chileno, o objetivo do autor não é polemizar sobre os detalhes senão levar o leitor a pensar numa América Latina, na década de 1970, seriamente ameaçada por grupos armados esquerdistas o que, em certa medida, explicaria – ou justificaria? – a repressão por parte dos exércitos nacionais. E apesar dessas guerrilhas terem sido vencidas militarmente entre as décadas de 1980 e 1990, o clima mundial dominado pela Guerra Fria até 1989 foi cedendo espaço para uma releitura sobre o acontecido no hemisfério. Com isso, teria-se dado voz aos derrotados que teriam imposto sua versão da história. O autor não nega completamente as responsabilidades dos respectivos exércitos e governos, mas as relativiza e reclama dar voz a estes sujeitos históricos.

O historiador Zenobio Saldivia Maldonado traz até nosso presente um protagonista ‘esquecido’ da história chilena da segunda metade do século XIX. Especializado no estudo da história das ciências na América Latina, Saldivia publicou *En torno de los albores de la ciencia* (1994) e *La ciencia en el Chile decimonónico* (2004), entre outros textos. Aqui analisa a trajetória de um militar e cientista chileno, Francisco Vidal Gormaz, que cumpriu um papel fundamental em áreas como a geografia, hidrografia e cartografia ao serviço das forças armadas chilenas.

A tarefa de Vidal Gormaz foi a de explorar e mapear o território chileno em toda sua extensão, mas principalmente na região patagônica, ainda inexplorada e dominada pelas populações nativas. O autor apresenta detalhadamente cada uma das viagens e explorações empreendidas pelo personagem dada a importância de seu trabalho pioneiro para a posterior ocupação militar e integração da Patagônia chilena ao resto do território nacional por meio do povoamento com imigrantes europeus e a exploração econômica.

As viagens de Vidal Gormaz se estenderam entre as décadas de 1850 e 1880. A cada uma de suas explorações seguiu uma publicação para a divulgação de suas ‘descobertas’, na medida em que as diferentes regiões foram exploradas com o objetivo de medi-las e registrar-las minuciosamente. A ocupação efetiva desses territórios só seria possível após estes estudos detalhados que permitiram, sucessivamente, orientar a navegação, garantir a comunicação como a produção de bens e o translado de pessoas que afiançassem a soberania chilena até o extremo mais austral.

Vidal Gormaz obteve dois grandes reconhecimentos: um em vida, ao ser nomeado como titular do Escritório Hidrográfico da Marinha Chilena, permitindo-lhe um campo de ação maior para continuar seus estudos ao planejar e coordenar todas as expedições exploratórias da marinha. O outro, pós mortem, como ‘pai da hidrografia chilena’. Outros reconhecimentos menores foram entregues em forma de prêmios e medalhas. Porém, o reconhecimento de ser preservado na memória nacional lhe foi negado.

Entre 1874 e 1900, o Escritório Hidrográfico teve sete diretores, dos quais Vidal Gormaz desempenhou-se como diretor durante 17 anos. Para o autor, foi o período em que o organismo se consolidou como um ente científico e técnico da marinha, impulsionando pesquisas e publicações, e um diálogo permanente com

outras instituições similares da Europa e dos Estados Unidos. Porém, o autor não analisa o papel político do Escritório durante o último quarto do século XIX.

Tanto Vidal Gormaz quanto o Escritório tiveram um protagonismo indiscutido na construção do Estado chileno facilitando a efetiva ocupação do território patagônico a partir dos estudos *in situ*, indispensáveis para uma integração territorial bem sucedida. Por isso, era um organismo que dependia diretamente do governo chileno – através da Marinha – no lugar de ser uma entidade autárquica interessada só na pesquisa científica.

Vários ‘obstáculos’ e ‘perigos’ ameaçavam o objetivo de completar a ‘geografia histórica’ do Chile⁵. Entre os primeiros, as populações indígenas já ocupavam essas terras há séculos e tinham freado tanto o avanço espanhol quanto o chileno.⁶ Entre os segundos, a presença de ingleses e franceses na Patagônia oriental foram um alerta – tanto para o Chile quanto para a Argentina – das ambições europeias no extremo sul do continente americano. Mas, o problema mais imediato era tanto a definição de limites com a Argentina como legitimar a soberania chilena sobre a Patagônia ocidental.

O ‘resgate’ que Saldivia faz de Vidal Gormaz é extremamente interessante porque abre interrogantes para futuras pesquisas. Uma, é sobre a relação entre o desenvolvimento científico em determinadas áreas, vinculadas à construção dos Estados nacionais na América Latina oitocentista. Outro interrogante tem a ver com certos ‘esquecimentos’, como o analisado por Saldivia. Ambos assuntos estão estreitamente implicados.

O autor refere-se ao fato de Vidal Gormaz ter sido afastado, em 1891, tanto de seu cargo no

5 Peter Winn designa assim o processo de ocupação do atual território chileno, desde a colonização espanhola até o século XIX (WINN, 2010).

6 Uma síntese deste processo de avanço e retrocesso do Estado chileno sobre a Patagônia pode ser consultado em Blakemore (1992).

Escrítório Hidrográfico quanto da Marinha, o que teria sido consequência de sua ‘reconhecida simpatia’ pelo presidente Balmaceda. Ao longo de seu mandato, o presidente tinha administrado sucessivas crises políticas, tanto com a oposição como no seio de seu próprio partido, o Liberal. Mas, no final da década de 1880, a crise política agravou-se e as demandas trabalhistas, severamente reprimidas, alcançaram seu ponto mais alto. No início de 1891, o desgaste político entre o Congresso e o executivo levou ao conflito armado que durou 8 meses. As Forças Armadas se dividiram: o Exército apoiou o presidente, enquanto a Marinha – liderada por Jorge Montt – apoiou os congressistas. A guerra terminou com o triunfo dos congressistas e Balmaceda se asilou na embaixada argentina, onde se suicidaria.

Harold Blakemore afirma, ao igual que Saldivia, que os simpatizantes de Balmaceda pagaram um preço muito alto pela lealdade ao presidente, como aconteceu com Vidal Gormaz. Segundo Blakemore, alguns aliados partiram para o exílio ou foram mortos (BLAKEMORE, 1992). Para a Marinha, a atitude de Vidal Gormaz, membro da instituição contrária a Balmaceda, pode ter sido a de um traidor. Porém, apesar de ser expulso da instituição, foi poupado do exílio e da morte física. Segundo Saldivia, isso não evitou sua exclusão da escrita da história. O ‘pai da hidrografia chilena’ foi punido com sua ‘morte’ simbólica ao não ser referenciado como protagonista precursor da ‘conquista’ da Patagônia.

Através dos três artigos desta mesa redonda foi possível uma aproximação às disputas manifestas na escrita da história em distintos pontos da América Latina. Nos dois primeiros poderia se falar sobre as ‘dificuldades’ em narrar a história recente de um país; não seria o caso do

artigo de Saldivia que se refere a um intelectual e militar do século XIX, mais distante de nosso presente e, portanto, ‘livre’ das paixões de seus contemporâneos, todos desaparecidos. Porém, não é a distância temporal que poderia nos brindar a tão desejada separação com o objeto de estudo, a ilusão de uma história ‘verdadeira’. Maria Helena Capelato adverte que “[...] tanto os fatos históricos mais recentes, como a história de um passado mais antigo estão sujeitos a uma revisão que implica no uso político da história” (CAPELATO, 2008, p. 12).

As histórias recentes de El Salvador e da Guatemala podem ser incluídas na ideia de ‘histórias em construção pós guerra’, com a participação tanto de seus protagonistas quanto de cientistas sociais que paulatinamente vão-se incorporando à escrita da história. Como todo país que atravessou uma guerra, esses países centro-americanos são territórios devastados nos aspectos econômico, social, político e intelectual. Se a população viu-se dizimada pelas diferentes formas de violência, os intelectuais sofreram os mesmos efeitos. Por tanto, o processo de reconstrução socioeconômico e político de El Salvador e da Guatemala deveu ser acompanhado da reconstrução e/ou criação de seus espaços de produção do conhecimento como as universidades⁷.

Em San Salvador há várias universidades públicas e privadas. Porém, além de sofrer com as perseguições, desaparições, assassinatos e exílios, o aperfeiçoamento de seus professores como a criação de programas de pós graduação

⁷ Uma via de análise que tem aberto novos caminhos é a história comparada. Ao falar de ‘história em construção pós guerra’, o faço pensando no caso paraguaio após a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), em que o Paraguai deveu esperar pouco mais de duas décadas até contar com uma ‘geração’ de intelectuais formados nas instituições educativas criadas no pós guerra, para que se debatessem diferentes interpretações do passado oitocentista. A hegemonia de uma delas, a *lopista*, continua dominante até a atualidade, um século depois.

⁸ Um dos casos mais conhecidos de violência nas universidades foi quando membros do exército salvadorenho entraram no campus da Universidade Centro-americana José Simeon Cañas em 1989, e assassinaram seis sacerdotes jesuítas e duas mulheres sob suspeita de colaborarem com a FMLN (UNIVERSIDAD JOSÉ SIMEÓN CAÑAS, 2016).

⁹ A realização do 55 ICA em Sam Salvador também responde a este objetivo, incorporando o país ao circuito acadêmico internacional e, de alguma maneira, convidando aos pesquisadores estrangeiros a olharem El Salvador como país pacificado e ‘em desenvolvimento’, incluso na área acadêmica.

é muito recente⁸. A história pessoal de López Bernal ilustra muito bem as dificuldades de um país arrasado. Em 1992, no final da guerra, López Bernal iniciou-se na docência no projeto de ‘Alfabetização e Educação Básica para pessoas em processo de desmobilização’. Continuou neste caminho até sua incorporação na Universidade de El Salvador (pública) como docente investigador na Licenciatura em História. Formado em História e Letras pela Universidade de El Salvador, fez mestrado e doutorado na Universidade de Costa Rica. Atualmente, participa na criação do mestrado em História da Universidade de El Salvador.

Assim, nesta breve biografia, vemos duas faces de um mesmo problema: a formação de pesquisadores e o alto índice de analfabetismo no país. Por um lado, uma ampla margem da população devia ser incorporada às novas regras do jogo ‘republicano’ através da alfabetização, o que significava incorporá-la tanto politicamente quanto economicamente. Para tal efeito, também deviam ser incorporados efetivamente como parte da história recente a partir da alfabetização. Por outro lado, há uma preocupação das universidades em profissionalizar a escrita da história promovendo a pesquisa e capacitando seus docentes⁹.

Como Sabino cita para o caso guatemalteco, há também em El Salvador uma profusão de publicações de memórias de ex combatentes, criação de museus sobre a guerra e confecção de textos escolares que tentam dar conta do drama do conflito. A mídia cumpre um papel essencial

não só na difusão de diferentes interpretações, como assim também através de um jornalismo investigativo como acontece com o jornal *El Faro*. Trata-se da pugna de diversos setores políticos que, por diversos meios, participam ativamente na construção da história salvadorenha recente, na tentativa de erigir, cada um, seus próprios heróis ou, às vezes, os mesmos heróis enxergados de maneiras diferentes, como o caso de Handal. Muitos destes materiais são destinados para o ensino nas escolas. Mas também servem como fontes para historiadores como López Bernal.

Sabino é um sociólogo formado na Universidade de Buenos Aires e doutorado em Ciências Sociais na Universidade Central da Venezuela. Professor aposentado desta última em 2000, desempenha-se como professor na Universidade Francisco Marroquín da Guatemala desde 2003, e como coordenador de sua Pós Graduação em História, desde 2012, quando foi criada.

Ao igual que em El Salvador, na Guatemala há numerosas universidades, públicas e privadas. A Francisco Marroquín é particular e foi criada em 1971 “[...] por uma parte muito representativa da elite econômica guatemalteca” (AMARAL, 2015). Oferece cursos variados como Economia, Medicina, Advocacia, Odontologia, Relações Internacionais, Ciências Sociais, entre outros. Em História só conta com mestrado e doutorado. Tem como missão o “[...] ensino e difusão dos princípios éticos, jurídicos e econômicos de uma sociedade de pessoas livres e responsáveis” (UNIVERSIDADE FRANCISCO MALLORQUÍN, 2016b). Conta com vários cursos de pós graduação e projetos institucionais como o Fórum Latino-americano da Liberdade, realizado no campus dessa universidade em janeiro de 2016 e cujo objetivo era reunir “[...] todos aqueles que nos países latinos se esforçam por limitar o poder dos governos, erradicar a corrupção e promover o

florescimento da livre empresa e da iniciativa privada como motor de desenvolvimento”. As pessoas que assistiram ao Fórum o fizeram para enfrentar “[...] o populismo e a demagogia” (UNIVERSIDADE FRANCISCO MALLORQUÍN, 2016a).

Segundo Marina Amaral, este tipo de fóruns financiados por redes de ‘think tanks’ conservadores dos EUA tem como objetivo a formação de jovens para combater os governos de esquerda na América Latina¹⁰. De fato, a universidade guatemalteca a que Sabino pertence promove este tipo de encontros e “[...] vem formando quadros políticos e acadêmicos para desacreditar o Estado e a justiça social” (AMARAL, 2015).

Ao denunciar a hegemonia de uma interpretação histórica sobre o conflito na Guatemala – identificada como ‘história distorcida, falsificada’ – e propor a construção de uma história que contemple a versão de membros do governo e do exército que participaram na guerra entre 1960 e 1990 – na tentativa de conhecer a ‘verdadeira história’ –, Sabino está contribuindo à perspectiva da instituição à qual pertence. Ele parte do argumento de que ambos os ‘bandos’ cometem atrocidades; por tanto, uns e outros deveriam ser julgados ou anistiados. Porém, se o objetivo é a pacificação do país, a anistia continua sendo a melhor opção. O Estado deveria ser a garantia da anistia, prevista nos acordos de paz de 1996. O assunto compreende dois tipos de problemas: um é o político-ideológico cuja solução seria o não julgamento dos presuntos responsáveis pelas torturas, desaparições e perseguições; outro é o econômico que implicaria a suspensão do pagamento de indenizações às vítimas da violência do Estado. Para promover um país ‘livre’, na ótica da universidade Francisco Marroquín, seria necessário também revisitar a história e desse modo legitimar a existência de

10 Amaral referia-se especificamente ao Fórum da Liberdade, realizado na PUC de Porto Alegre, em 2015, com a participação de membros da Universidade Francisco Marroquín (AMARAL, 2015).

um Estado menos ‘intervencionista’ e menos ‘assistencialista’. Em outras palavras, um Estado com menos ‘gastos públicos’ como os ocasionados pelas indenizações, reformas econômicas e planos sociais.

Zenobio Saldivia é formado em Filosofia, mestre em Filosofia das Ciências e doutor em Pensamento Americano. Atualmente é professor de História das Ciências e Epistemologia na Universidade Tecnológica Metropolitana de Santiago. Seu interesse focado na história das ciências no Chile o leva a apresentar a Vidal Gormaz em seu tempo e injustiçado por seus contemporâneos pela fidelidade com o presidente deposto.

Mas, entre os interrogantes que seu texto abre está o de saber se ao longo da história do século XX, a trajetória do protagonista não foi retomada ou revisada. Se sua atividade como cientista serviu para a ocupação e confirmação da soberania chilena sobre a Patagônia ocidental, não é menos importante o dado que Saldivia menciona rapidamente como a viagem de Vidal Gormaz para a Espanha, para reunir documentos sobre a região austral. Talvez o objetivo fosse encontrar antecedentes do período colonial que validassem a legitimidade chilena na zona.

Por outro lado, o fato de Vidal Gormaz reunir duas qualidades, a de cientista e a de militar, leva a pensar que poderia ter sido retomado em diferentes momentos como o modelo ideal de herói nacional, muito especialmente quando o conflito com a Argentina se aprofundou por indefinições limítrofes. Novamente, a história comparada poderia brindar outras linhas de análise.

Antes da chamada ‘Conquista ao Deserto’ (1879-1880) ou ocupação militar da Patagônia oriental, os governos argentinos (também liberais) enviaram diferentes exploradores. Mas, na década de 1870, o perito Francisco Moreno foi encomendado de realizar as mesmas atividades

que Vidal Gormaz, ou seja, a de medir e registrar minuciosamente a Patagônia. Sobre este trabalho, o exército empreendeu o avanço militar sobre a região. Depois, o governo argentino nomeou o perito Moreno como membro da comissão responsável de resolver os litígios limítrofes com o Chile, cujo resultado foi o Tratado de Limites de 1881. Se bem o tratado estabelecia alguns critérios para a fixação dos limites, em alguns pontos, eles se manifestaram ambíguos e ineficazes.

De qualquer forma, em seu momento, o perito Moreno obteve o reconhecimento do governo argentino por meio da outorga de terras e, mais tarde, dando seu nome ao glacial argentino mais conhecido e imponente, entre outras recompensas. Seu trabalho como cientista e sua decisão de transformar as terras recebidas do governo no primeiro parque nacional da Argentina, o Nahuel Huapi, ajudaram a aumentar seu prestígio e a conquistar um lugar muito próximo ao de herói nacional, talvez, o único herói civil.

Uma das últimas controvérsias entre o Chile e a Argentina pela questão limítrofe aconteceu em 1978, quando ambos os países disputavam a soberania sobre três ilhas ao sul da ilha da Terra do Fogo. Tanto o Chile quanto a Argentina eram governadas por duas ditaduras que tornaram a disputa em um eixo para promover manifestações de patriotismo e nacionalismo em seus respetivos países, em certa forma, para dar legitimidade a seus respetivos governos. Antes da resolução pacífica do conflito, os dois países tinham começado a se preparar para a guerra. Nesse processo, o prestígio do perito Moreno não declinou. Fazendo um paralelo entre o cientista argentino e o chileno, caberia indagar se Vidal Gormaz não pôde ter sido recuperado como herói nacional já que, além de precursor na exploração da Patagônia oriental, era um militar como o ditador chileno Pinochet.

Saldivia mostra a coincidência entre vitória política e domínio da história no Chile

oitocentista. Sabino questiona essa coincidência para o caso guatemalteco. López Bernal aprofunda a análise ao interior de um partido no qual diferentes setores políticos-ideológicos também se enfrentam na disputa pela memória e a negociação faz parte do jogo de construção das representações. Saber histórico e poder político estão intrinsecamente entrelaçados, mas é necessário desvendar os caminhos escolhidos em cada caso para poder explicar a hegemonia de uma interpretação histórica sobre tantas outras possíveis, sem esquecer que a história se escreve a partir do presente.

Referencias

- AMARAL, Marina. *A nova roupa da direita*. Reportagem Pública, Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo. 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
- BLAKEMORE, Harold. Chile, desde la guerra del Pacífico hasta la depresión mundial, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica, 1992. p. 157-203. v. 10. América del Sur, c. 1870-1930.
- CAPELATO, M. H. R. Carlos Ibarguren e o revisionismo histórico argentino: usos políticos do passado. *Revista Notícia Bibliográfica*, Campinas, n. 204-205, p. 11-20, jan./dez. 2008.
- GRANDIN, Greg. *A Revolução Guatemalecta*. São Paulo: UNESP, 2004.
- HALPERÍN DONGUI, T. *La larga agonía de la Argentina peronista*. Buenos Aires: Ariel, 1994.
- LUJÁN MUÑOZ, Jorge. *Guatemala: breve historia contemporánea*. México: FCE, 1998.
- UNIVERSIDADE FRANCISCO MALLORQUÍN. *Foro Latinoamericano de la Libertad*, 2016. Disponível em: <<http://forolibertad2016.ufm.edu/>>. Acesso em: 28 jan. 2016a.
- UNIVERSIDADE FRANCISCO MALLORQUÍN. Disponível em: <<https://www.ufm.edu/index.php/Portal>>. Acesso em: 09 fev. 2016b.
- UNIVERSIDAD JOSÉ SIMEÓN CAÑAS. *Cronología del crimen*: 11 al 16 de Noviembre de 1989. Disponível em: <<http://www.uca.edu.sv/martires/new/caso/fcronica.htm>>. Acesso em 09 fev. 2016.
- WINN, Peter. *A revolução chilena*. São Paulo: UNESP, 2010.